

Núcleo Original da Freguesia do Ó – São Paulo (SP): o valor dos bens culturais e as territorialidades cotidianas¹

*Original enter of Fregueria do Ó - São Paulo (SP): The value of the
cultural heritge and the daily territorialities*

ALBERTO LUIZ DOS SANTOS²

¹ Este trabalho envolve pesquisas desenvolvidas entre 2012 e 2014 pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Unicamp.

² Mestre em Geografia pelo Instituto de Geociências da Unicamp.
E-mail: beto_als@yahoo.com.br

Resumo: Os grupos de sujeitos exercem múltiplas territorialidades cotidianas. Trata-se de um processo marcante do urbano contemporâneo, impondo-se à totalidade da sociedade. Tais territorialidades expressam elementos simbólicos que constituem a vida: da história e memória às manifestações culturais, expressas em posturas, gestos, indumentárias, encontros, festas e demais especificidades das práticas sociais. É imprescindível destacar que o cotidiano dos grupos sociais traz à tona escolhas e possibilidades que são influenciadas pelo poder do dinheiro. O consumo de mercadorias, lugares e situações também são processos simbólicos, como discute Zukin (2000) ao tratar do consumo visual do espaço e do tempo. Considera-se, portanto, a imbricação entre as dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais do espaço geográfico (CORRÊA, 2012). Como salienta Sahlins (1997), a cultura é o fenômeno único das ações e da experiência humana, em que pessoas, relações e coisas manifestam-se como valores e significados. Coadunando com essa perspectiva, as territorialidades nos fornecem uma pista do modo como os sujeitos atribuem valor ao espaço. Podemos nos remeter, entre outros processos, à valoração de bens culturais materiais – centros históricos, edificações, monumentos históricos, praças, vias públicas, entre outros exemplos que constituem parte do acervo do patrimônio cultural. Consideramos que tais bens, por vezes reconhecidos pelo sistema normativo por meio de ações como os tombamentos (FONSECA, 2005), não possuem valor simbólico inerente e sim valores atribuídos pelos grupos sociais (MENESES, 2000). Por este esse motivo, nos dedicamos à compreensão das territorialidades manifestadas no Núcleo Original da Freguesia do Ó como forma de interpretar o legado de seu tombamento pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp) por meio da Resolução nº 46 de 1992. Esta resolução e seus estudos prévios elencam os valores histórico, urbanístico, arquitetônico, ambiental e afetivo do bairro como justificativas para o tombamento, envolvendo um conjunto de ruas, edificações e, destacadamente, os Largos da Matriz Velha e Nossa Senhora do Ó, onde está situada a Igreja de mesmo nome, e um conjunto de bares, restaurantes e áreas públicas. Em pesquisas desenvolvidas recentemente, valendo-nos de uma metodologia qualitativa e da aplicação de entrevistas semiestruturadas, buscamos em expressões como jogos, esportes, festas, encontros de familiares e amigos e no consumo em estabelecimentos comerciais, desvelar os valores simbólicos que os Largos Nossa Senhora do Ó e Matriz Velha possuem para moradores, visitantes e transeuntes. Assim, à luz das territorialidades atuais no Núcleo Original da Freguesia do Ó, este trabalho pretende apresentar os resultados de nossas pesquisas em diálogo com as justificativas elencadas pelo Conpresp para o referido tombamento. Destacando trechos das entrevistas aplicadas, nossa proposta é discutir elementos que coadunam com tais justificativas, bem como aqueles que as transcendem através das constantes (re) significações que envolvem as práticas socioespaciais e os bens culturais tombados. Tendo em vista a relevância de interpretar o patrimônio cultural por meio das vivências e dos viventes (MENESES, 2012), buscaremos tratar a atualidade desses bens culturais tombados, com foco nos usos atribuídos pelos grupos sociais.

Palavras-chave: patrimônio cultural, territorialidade, Freguesia do Ó.

Abstract: The groups of people practice multiple quotidian territorialities. It is a noteworthy process of the coeval urban, imposing itself to the whole society. These territorialities express symbolic elements that constitutes the life of history: from life and memory to the cultural manifestation, shown by their attitude, gesture, dressing, celebrations, and other social practices specificities. It is indispensable to detach that the social groups quotidian brings to light choices and possibilities affected by the power of money. The consumption of goods, places, moments are also symbolic process, as say Zukin (2000) when talking about the visual consumption of time and space. It is considered, therefore, the imbrication between the geographic space, cultural, political, social and economic dimensions (CORRÊA, 2012). As Sahlins (1997) highlights, culture is the unique phenomenon of human actions and experiences, where people, relationships and things manifest as values and significance. Join this perspective, territorialities gives us a clue of how people give value to the space. We can allude, among other process, to the valorization of cultural material assets – historical centers, buildings, memorials, public spaces, streets, among other examples of cultural public heritage. We consider such assets, sometimes considered by the regulatory system through actions like putting under the government trust (FONSECA, 2005), don't have symbolic value itself, but values that are given by the social groups (MENESES, 2000). For this reason, we devote ourselves to understand the territorialities expressed by the Núcleo Original da Freguesia do Ó (Original Center of Freguesia do Ó), as a way to interpret the legacy of it nationally declared public heritage by CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo, (Municipal Council for Historical, Cultural, Environmental Heritage). This deliberation and its previous researches lists the historical, architectural, environmental and affective values of the neighborhood as a justification for the declaration, comprehending a group of streets, buildings and, mainly the Largos da Matriz Velha and Nossa Senhora do Ó, where is located the church with the same name. Also a group of saloons, restaurants and public areas. In recent research, using a quantitative methodology and the use of part structured interviews, we looked for manifestations like games, sports, celebrations, family meetings and consumption in market places to give lights on the symbolic values that Largos Nossa Senhora do Ó and Matriz Velha have for their inhabitants, visitors and passing. Therefore, under the lights of the current territorialities at the Núcleo Original da Freguesia do Ó, this work presents the results of our researches in dialogue with the justifications presented by CONPRESP for the declaration. Highlighting parts of the interviews, our proposition is to discuss elements that are side by side with these justifications, such as those that overpass, through the ongoing (re)significations that involve the socio-spatial practices and the cultural heritage declared. Because the relevance of understand the cultural heritage through the experiences and the experiencers (MENESES, 2000), we look to approach the present of these cultural assets, with focus on the usage given by the social groups.

Keywords: cultural heritage, territoriality, Freguesia do Ó.

INTRODUÇÃO

Iniciamos nossa abordagem com uma discussão teórica que busca justificar a premissa que embasa este trabalho: compreender as territorialidades como patrimônio cultural.

O Núcleo Original da Freguesia do Ó nos leva à irresistível reflexão sobre o passado e o presente desses bens e práticas culturais no contexto de uma metrópole. Esse conjunto de ruas, logradouros e praças, com valores histórico, ambiental, arquitetônico, urbanístico e afetivo reconhecidos, nos motiva à reflexão de como se processa tal valoração.

Fonseca (2005, p. 82) salienta que o sistema normativo de reconhecimento dos bens culturais, “através de agentes autorizados e de práticas socialmente definidas e juridicamente regulamentadas contribui para fixar sentidos e valores, priorizando uma determinada leitura”. Assim, são elencados diversos critérios: valores históricos ligados ao espaço e tempo vivido; valores artísticos como fonte de fruição estética; ou valores etnográficos enquanto documento de processos e organizações sociais (FONSECA, 2005).

Destacamos que o reconhecimento desses valores é intersubjetivo, pois mesmo nas esferas institucionais ou acadêmicas os estudos seguem interpretações

elaboradas por sujeitos diante das dinâmicas da sociedade, contextualizados historicamente.

Tal intersubjetividade se aprofunda ao concebermos que os bens culturais não são isolados e estão inseridos no inexorável dinamismo da sociedade. Paes (2012) discute que as formas urbanas não criam a função, nem mesmo o valor que possuem. “É o movimento da totalidade social que, ao se reproduzir gera formas, funções e valores como forças propulsoras para novos movimentos e formas” (PAES, 2012, p. 327).

Na Freguesia do Ó, esse movimento nos lega um conjunto de edificações datadas da transição entre os séculos XIX e XX, bem como a própria Igreja Nossa Senhora do Ó. Nesse sentido, Cruz (2012, p. 96) ressalta: “muitos ‘produtos’ da cultura sobreviveram ao tempo porque suas sociedades envolvidas, pelas razões mais diversas, incluindo-se o próprio desprezo, permitiram sua permanência”. Assim, os bens culturais materiais demandam, simultaneamente, a compreensão do movimento de seus usos. Nosso objeto de estudo apresenta expressiva diversidade de usos sociais, sejam públicos ou privados. Usos intensos e variados nos diferentes contextos cotidianos, que se alteram ao longo das décadas.

O valor de um bem cultural também se consolida, portanto, pelo movimento das formas e usos, diante da dialética socioespacial. Esse movimento não apenas permite a permanência de determinados bens materiais na paisagem, como lhes confere especificidades que, sob o olhar do sistema normativo, são classificadas sob os critérios já elencados.

Podemos então coadunar com Meneses (2000, p. 31) quando afirma que determinados bens culturais tomam uma significação especial ao serem investidos de valor, e o patrimônio cultural, portanto, “é constituído não pelas coisas materiais ou imateriais elas próprias, mas pelos valores de que elas são produto”. Trata-se das vivências e viventes, como afirma Meneses (2012, p. 25): “A memória constrói e interpreta, dando sentidos ao viver. Portanto, é de vivência que tratamos ao desvelar os bens patrimoniais”.

Os viventes, nesses termos, podem ser compreendidos como aqueles que engendram a subjetividade a essas formas, por meio das práticas socioespaciais. Nesse processo, é preciso enfatizar a dimensão cultural do espaço em que o simbólico exerce centralidade: “Criados e recriados pelos diversos grupos sociais, os significados se expressam em símbolos ou formas simbólicas que constituem os traços fundamentais do ser humano” (CORREIA, 2012, p. 135).

Podemos compreender que o espaço delimitado pela resolução possui valor simbólico instituído pelos grupos sociais, sendo relevante uma ressalva:

Um bairro, uma praça ou rua, ou mesmo um prédio, são exemplos possíveis de lugares simbólicos inseridos no complexo do espaço urbano, diferenciado em termos econômicos e sociais. Há na realidade, escalas espaciais em que os lugares simbólicos podem ser apreendidos (Ibidem).

Compreender o modo como o conjunto de bens e práticas culturais está imbricado às dimensões políticas, econômicas e sociais da produção do espaço, em diferentes escalas, é imprescindível para qualificarmos a intersubjetividade do processo de valorização. Paes (2012, p. 327) contribui nesse sentido, referindo-se a dois planos ou dimensões da totalidade:

A da escala local, do cotidiano no centro histórico em diálogo com seu entorno, seu conjunto paisagístico, ou a cidade; e a da escala global, de centros históricos chamados a participar de um processo mundial de valorização, reprodução e refuncionalização para fins turísticos, como marca do urbanismo contemporâneo.

Nesse ponto, justificamos nossa opção categorial pelas territorialidades. Não há dúvidas de que as escalas mencionadas consolidam-se em total imbricação. Em escala local, no cotidiano em relação aos bens culturais, os grupos sociais, por meio dos usos que manifestam, exercem um processo de apropriação simbólica do espaço. Trata-se das territorialidades, nos termos de Haesbaert (2009). Nesse sentido, Paes (2012, p. 327) salienta:

A territorialidade expressa a intencionalidade de estabelecer relações de poder e alteridade, uma necessidade de separar identidades. Podem também fortalecer o sentimento de pertencimento e de exclusividade legitimados pela apropriação e pelo uso. Estas territorialidades podem se adaptar ou resistir às tessituras impostas pelo Estado, pelo poder do dinheiro, mas é no encontro entre tessituras impostas e territorialidades vividas que o lugar emerge.

Compreendidas nesse sentido, as territorialidades cotidianas manifestam-se enquanto patrimônio cultural, pois são processos nos quais se criam os significados e expressam-se os símbolos, seja por meio das práticas ou dos usos atribuídos aos bens culturais.

OBJETIVOS

Diante das questões levantadas, percurso teórico pelo qual interpretamos o patrimônio cultural e os processos que envolvem o Núcleo Original da Freguesia do Ó, este trabalho propõe um diálogo entre os valores reconhecidos pelo Conpresp e aqueles atribuídos pelos grupos de sujeitos, expressos através de suas territorialidades cotidianas.

Nosso objetivo principal é compreender o legado desse tombamento, relacionando as sínteses que desenvolvemos sobre os processos que se manifestam nesse Núcleo atualmente, diante das justificativas presentes na Resolução nº 46/92 e em seus estudos prévios.

METODOLOGIA

Antes de nos dedicarmos à metodologia específica deste trabalho, nos cabe esclarecer o percurso metodológico que foi desenvolvido no processo de elaboração de nossa dissertação. Esse percurso demandou uma metodologia para apreender a complexidade das práticas culturais desses sujeitos, que se expressam de forma simbólica por meio das territorialidades.

Optamos por partir do caráter interpretativo da cultura, elencando conjuntos de atos simbólicos (GEERTZ, 1989). Para o autor, o comportamento humano é uma ação simbólica, e o pesquisador deve se dedicar ao que está sendo transmitido. “A análise é, portanto, escolher entre as estruturas de significação [...] e determinar sua base social e sua importância” (p. 7).

Essa assertiva dialoga com Petersen (1995) ao afirmar que para trazer à luz as relações e determinações de um fenômeno é decisiva a pergunta que se formula, de modo a não dissolver o real através de um reconhecimento arbitrário da significação. Assim, foi preciso refletir sobre a intencionalidade do nosso olhar diante da intersubjetividade dos processos.

Para isso, nos valem da perspectiva de Magnani (2002) ao propor um olhar “de perto e de dentro”, ou seja, tendo como fio condutor os arranjos (práticas, formas, itinerários) estabelecidos pelos próprios sujeitos, diante de nossa experiência no local. Tais arranjos, verificados ao longo de trabalhos de campo prévios, desenvolvidos principalmente no ano de 2013, aliados à experiência pessoal de vida no bairro, entre a infância

e adolescência, culminaram num conjunto estruturado de interpretações dos atos simbólicos.

Duas categorias adotadas por Leite (2004 p.20) foram referência nesse sentido. Trata-se da convergência de sentidos e demarcação da diferença:

[...] inscritos na indumentária, nos adereços que diferenciam corpos, gestuais de saudação, nos ritos de acesso aos espaços, na fala codificada, no tipo de musicalidade cultivada, na forma como ocupam a rua e nela constroem itinerários, no modo como operam as relações com os outros.

Mesmo estando na condição de sujeito pesquisador, foi preciso destacar, como coloca Geertz (1989), que a interpretação da cultura não visa responder nossas questões mais profundas, e sim colocar à disposição as respostas que outros deram, “e assim incluí-las no registro de consultas sobre o que o homem falou” (p. 21). No caso, optamos pelo recurso das entrevistas semiestruturadas, uma vez que “se relacionam com os valores, às atitudes e às opiniões dos sujeitos entrevistados” (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75).

Portanto, elaboramos um conjunto de questões norteadoras diante de nossas premissas teóricas, que puderam ser complementadas por temas e assuntos diversos presentes na abordagem de 40 entrevistas realizadas, sendo que 26 destinaram-se a moradores do bairro e 14 foram destinadas a visitantes. Foram ouvidos homens e mulheres entre 18 e 82 anos, no Largo Nossa Senhora do Ó e Largo da Matriz Velha, diante da maior possibilidade de aplicação, maior efervescência de usos sociais e maior concentração de edificações tombadas.

Salientamos que o caráter qualitativo e as possibilidades de interpretação em nossa proposta estiveram detidos nos conteúdos simbólicos dessas entrevistas, e não propriamente na amostragem quantitativa, ainda que, parcialmente, esta também foi trabalhada.

Retomando a especificidade deste trabalho, nossa proposta metodológica é elencar trechos dessas entrevistas, bem como as sínteses geradas a partir delas, dialogando-as com a menção explícita dos valores atribuídos aos bens, reconhecidos pelo Conpresp (SÃO PAULO, 1992)³.

3 Nesse diálogo elencamos trechos de estudos prévios que envolveram o processo de tombamento, arquivados no Conpresp – nº 1991-0.005.366-0 – e na Secretaria

DESENVOLVIMENTO

Iniciaremos esse diálogo com o seguinte trecho da Resolução nº 46/92, que resolve pelo tombamento do Núcleo Original da Freguesia do Ó:

Esse contexto apresentado, publicado no início da década de 1990, cujos estudos prévios datam da década anterior, nos parece uma síntese dos valores elencados. De acordo com distinções que seguem, discutiremos esses valores em sua especificidade.

Valor histórico

Nessa esfera, o Conpresp destaca “o valor histórico representado pela área da Freguesia do Ó no processo de ocupação da margem direita do Rio Tietê” (SÃO PAULO, 1992, p.1).

Interpretando os documentos prévios à Resolução, esse tombamento justifica-se, sob o ponto de vista de seu valor histórico, por meio de três eixos principais: pelo tipo específico de assentamento, de caráter colonial; pela ocupação da margem direita do rio Tietê, ligada às atividades “bandeiristas e sertanistas”; e pela questão dos percursos, uma rede de caminhos secular, utilizada desde o século XVII, ligando São Paulo ao “sertão” (Ibidem).

A Freguesia do Ó sempre manifestou uma eminente ruralidade desde sua fundação, datada de 1580, até o início do século XX. O caráter urbano restringia-se ao entorno dos largos, sendo que um franco processo de ocupação residencial se deu após a metade do século XX, devido à construção das pontes de concreto transpondo o “isolamento geográfico” até então representado pelo Rio Tietê (BARRO, 1977). Segundo o Conpresp, esse modo de assentamento que foi desenvolvido numa porção elevada do território no entorno de uma igreja principal foi a condição que enfatizou as relações de sociabilidade.

Refletindo sobre os processos atuais, os Largos Nossa Senhora do Ó e Matriz Velha possuem forte elemento aglutinador, sendo considerados ponto de encontro de familiares e amigos para 22 dos 26 moradores entrevistados (SANTOS, 2014). A maioria destaca que no período diurno a apropriação do espaço envolve famílias, num processo que é parcialmente ligado

às atividades religiosas. Remetendo-se às décadas anteriores, um morador de 77 anos menciona: “A gente vinha aqui passear, ficava nos largos. Vinha a passeio. [Sempre foi um lugar de encontro?] Sim, sempre... Juntava a família”. Já uma visitante e antiga moradora de 53 anos destaca no mesmo sentido: “Não tinha tanto comércio. A vida girava em torno da Igreja. Tinha a missa e eventualmente o jovem ficava por ali. Minha vida depois da missa era um evento... Tinha minhas colegas e a gente ficava ali” (informação verbal).

A predominância da Igreja como elemento aglutinador, desde as primeiras existentes no Largo da Matriz Velha, até a Igreja Nossa Senhora do Ó após 1901, passa a se relacionar com outros processos, principalmente após a segunda metade do século XX, com o advento de estabelecimentos comerciais nos largos. Uma moradora de 35 anos destaca: “A gente fica na praça batendo papo. Fica na Igreja. A gente vai lá na Casa de Cultura... Ver os espetáculos que tem”. Já para um morador de 54 anos, a “atividade religiosa e lazer, em função de bares e restaurantes. O pessoal acaba fazendo as duas coisas. Vem à missa e fica pra almoçar” (informação verbal).

A diversidade desses usos e apropriações do espaço também é influenciada pela presença da Igreja com ênfase no calendário de festas, com destaque à Festa do Divino Espírito Santo, datada de 1821 até os dias atuais. Como afirma uma moradora de 40 anos, “as festas e os eventos na praça unem as famílias... São os eventos religiosos” (informação verbal).

Diversos outros processos permeiam esses usos e práticas, que serão discutidos adiante. Por ora, convém destacar que entre os 26 moradores entrevistados, 15 associaram o valor dos largos à “história”, ao “passado” e à “antiguidade” (SANTOS, 2014). Esses termos foram de grande recorrência nas entrevistas, como uma moradora de 26 anos ao afirmar que o histórico do bairro é um elemento que demanda intervenção. “Pela preservação... Igual ao centro de São Paulo. Talvez para manter o mesmo aspecto... A Freguesia é um bairro muito antigo”. Para outro morador, de 54 anos, trata-se da “origem, nossos antepassados, cultura e sabedoria”. Já a evolução da cidade de São Paulo é lembrada por um morador de 74 anos, afirmando que o tombamento se justifica “pela fundação, pelos bandeirantes... Manoel Preto...”. Nesse sentido, coaduna com a afirmação de um morador de 62 anos: “É um bairro antigo né. É histórico. Aqui passaram os bandeirantes. Tem até o marco na Praça Antiga” (informação verbal).

Municipal do Planejamento (Sempla) – 1979-0.010.013-0. Como envolvem as justificativas da Resolução nº 46/92, adotaremos a referência São Paulo (1992).

Decerto essa compreensão está associada ao fato de que, como afirma uma moradora de 82 anos, “são muitas famílias tradicionais antigas aqui. Todas as famílias da redondeza têm mais de 70 anos aqui” (informação verbal). Com certeza não podemos nos basear nesse trecho pela precisão dos dados, porém, eles coadunam com a amostragem que apresentamos, em que 21 dos 26 entrevistados moram no bairro a pelo menos 50% de suas vidas, de acordo com as respectivas faixas etárias, sendo que 13 dos 26 são nascidos no bairro (SANTOS, 2014).

Esse reconhecimento do valor histórico foi menos presente entre os visitantes, constando em seis das 14 entrevistas realizadas. Um deles, de 50 anos, contextualiza como reconhece as questões históricas do bairro: “Acredito que em função da cidade que se expandiu para o lado de cá, então pelo lugar... Existe uma história da cidade e uma história do Brasil” (informação verbal).

Por meio da aplicação e interpretação das entrevistas, os elementos levantados pelo Conpresp vieram à tona. O valor histórico do bairro se afirma, porém, não apenas através dessas opiniões, mas por meio dos usos atuais relatados, em que territorialidades cotidianas estão relacionadas à Igreja como elemento aglutinador e promotor de sociabilidade. Esses usos ganham ênfase diante de outros processos, que serão tratados a seguir.

Valor urbanístico

Diante dessa questão, o tombamento é resolvido:

considerando o valor urbanístico e referencial na paisagem urbana paulistana, representado pelo conjunto de edificações que ocupa o núcleo original de povoamento do bairro, destacando-se a partir do final do século XIX a atual Igreja Matriz de Nossa Senhora do Ó (SÃO PAULO, 1992, p. 1 grifo meu).

A disposição dessas edificações é referencial do ponto de vista de suas formas, bastante associado a uma ambiência peculiar do bairro e ao “seu clima de cidade do interior”, recorrente em entrevistas concedidas. A abordagem de um morador de 54 anos é expressiva: “Se você avaliar um prédio [casarão] aqui, as janelas e tudo mais, passa uma sensação de harmonia. Da convivência, da luz do Sol. As pessoas tinham essa liberdade, de dormir sem ter a porta trancada e ninguém mexer nas suas coisas” (informação verbal).

Esse conjunto de edificações, bens culturais materiais tombados, estão associados a diversos usos econômicos e práticas culturais, com constantes modificações em suas formas, mesmo com as exigências da Resolução nº 46/92. Trata-se de uma condição inerente às formas urbanas diante do movimento da totalidade. Destacamos, nesse sentido, os levantamentos e sínteses que desenvolvemos acerca dos processos mais relevantes na organização do capital e do trabalho na Freguesia do Ó, diante da economia política da cidade (SANTOS, 1994).

Interpretando séries de dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU)⁴, podemos concluir que, no bojo da urbanização de São Paulo, a Freguesia do Ó sempre esteve num processo de formação de periferias urbanas de menor renda. Nas últimas décadas, no entanto, os dados salientam para uma elitização desse bairro, processo engajado à expansão do universo da moradia precária na cidade, conforme Maricato (2011).

Essa expansão se desenvolve em parte dos bairros adjacentes à Freguesia do Ó, na Zona Noroeste, enquanto esse bairro passa por constante valorização imobiliária devido ao processo de especulação. As séries recentes mostram menor concentração populacional e maior renda da população na Freguesia do Ó em relação aos demais bairros (SANTOS, 2014).

Elencamos uma síntese do modo como os processos socioespaciais imbricam-se ao Núcleo Original da Freguesia do Ó, influenciando as dinâmicas desse conjunto urbanístico.

A nosso ver, a organização do capital e do trabalho, através da economia política da cidade, salienta, no Núcleo Original da Freguesia do Ó, a predominância do uso do solo voltado ao comércio, uma dinâmica de centro de atração e lazer, variando entre maiores e menores concentrações de renda. Essa condição de uso econômico se dá concomitante à ocupação do espaço público dos Largos. Assim apresentam-se territorialidades diversas, expressão

4 Interpretamos dados referentes à expansão da área urbanizada, crescimento e distribuição da população, classes de renda, distribuição dos empregos por setores de atividade econômica, escolaridade, concentração de favelas, lançamentos verticais e valor dos imóveis. Disponível em: <<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

das dimensões sociais e econômicas da produção social do espaço (Ibidem, p. 121).

Relacionado ao valor urbanístico reconhecido pela resolução ainda resta-nos abordar, com maior especificidade “o valor histórico-arquitetônico, ambiental e afetivo de diversas edificações localizadas em torno dos dois largos - da Matriz Velha e da atual Igreja - na caracterização dessa área” (SÃO PAULO, 1992, p. 1 grifo meu).

Valor histórico-arquitetônico, ambiental e afetivo

Esse conjunto de valores elencados é, a nosso ver, aquele em que se expressa com maior intensidade a relação com as territorialidades cotidianas. Vejamos suas especificações nos estudos que baseiam a resolução:

pelo assentamento apresentar, para sua caracterização, não só traçado viário nas proximidades dos dois largos, mas também nas edificações remanescentes do início do século (inclusive a própria igreja) e que colaboram para a conformação da ambiência tão característica daquela época. (Ibidem, p.148)

Neste fragmento notamos como as questões se integram: do traçado viário às edificações remanescentes, atingindo a questão de uma ambiência específica. Focaremos na questão da ambiência, relacionada à sociabilidade e afetividade como um norteador.

Mencionamos que os largos são considerados locais de encontro de familiares e amigos para a maioria dos moradores entrevistados. Aprofundando essa condição, dos 26 moradores entrevistados, 20 afirmam frequentar os largos pelo menos uma vez por semana. Em relação aos visitantes, o fato ocorre em sete dos 14 entrevistados. Trata-se de uma efervescência de usos, principalmente pela presença de 20 imóveis de uso comercial, seis de uso misto e seis cujas atividades fornecem serviços, de um total de 41 lotes presentes (SANTOS, 2014).

Além dessa amostragem, os conteúdos das entrevistas também nos conduziram para uma diversidade de práticas e grupos de sujeitos, entre períodos e situações, espaços públicos e privados. Um primeiro destaque que foi de grande recorrência é uma distinção temporal: o grupo do período diurno (predominantemente moradores, familiares e amigos, aos fins de semana) e o

grupo do período noturno (predominantemente jovens e visitantes).

Como afirma um morador de 30 anos, “a noite é mais amigos. Domingo é mais família.” Um morador de 22 anos sinaliza o mesmo, destacando o caráter de encontro dos largos: “De amigos, com certeza é. Mas de família é mais domingo mesmo. Porque aí vêm as crianças, vem... Vem gente mais velha”. Uma distinção enfática também foi recorrente em algumas interpretações como a de uma moradora de 82 anos: “[Para os] familiares de dia dá... Dá pra vir. Mas fim de semana... Assim, as famílias podem vir até certa hora. Depois das 17 horas fica muito difícil. Aí é dos jovens, eles tomam conta” (informação verbal). Com essa relação, presente em diversas falas, percebe-se uma postura que questiona os usos noturnos pelos jovens.

Outra questão relevante é a distinção desses usos entre o espaço público e o privado (bares e restaurantes). O espaço público dos largos apresenta grande diversidade, ligada às festas religiosas, aos eventos e programações da Casa de Cultura, ao Carnaval, cuja prática recente encontra-se em franca ascensão, à ocupação dos bancos e muretas para conversas, à manifestação de jogos e esportes, tais como skate e dominó, e outros processos.

Pensando no período noturno, os usos do espaço público mesclam-se aos dos estabelecimentos comerciais privados. Para um visitante de 29 anos, os largos são “um point da juventude. O pessoal costuma se reunir aqui pra conversar, comer alguma coisa [...] o pessoal mais idoso fica mais dentro dos restaurantes, uns barzinhos assim. A galera já costuma ficar na praça mesmo.” Já para um visitante de 27 anos, o local é “ponto de encontro, a galera que vem de vários lugares. Galera nova gosta de multidão e de público. Pelo fato de terem vários estabelecimentos de nome, vêm pessoas de vários lugares” (informação verbal).

Esses trechos enfatizam o caráter de atratividade do Núcleo Original da Freguesia do Ó, processo atrelado simultaneamente aos espaços públicos e privados, configurando circuitos específicos determinantes nas territorialidades. Em determinados estabelecimentos – que chamamos de “Largo Inferior” por estarem abaixo das escadarias dos Largos – se localizam as edificações tombadas em níveis de proteção mais exigentes, manifestando-se um público mais elitizado⁵. Um visitante

5 Destaca-se o Bar Frangó, por ser referência na cidade, situado como “coleccionador de títulos de melhor petisco

de 58 anos expressa essa condição, remetendo-se a um deles:

É um bom restaurante e segundo eles disseram parece uma cidade do interior. E como a gente mora em Higienópolis, fica relativamente perto. ‘Vamos lá que tem um clima de interior...’ Então foi esse o mote, vamos experimentar um negócio e sair um pouco do circuito convencional de bares e restaurantes de onde a gente mora para experimentar uma coisa que teria aparência mais interiorana... (informação verbal).

Por outro lado, as falas abaixo indicam as diferenças de processos verificados no “Largo Superior”, onde – é relevante destacar – as edificações não possuem níveis de restrição em seus aspectos arquitetônicos externos. Para um morador de 30 anos, “a parte de cima é mais a periferia mesmo. Não só da região, mas que vem lá da Brasilândia, de Pirituba, enfim, que vem aqui nos bares. A parte de baixo são as pessoas bonadas” (informação verbal). Destacamos que os bares da porção “superior” dos largos possuem, em média, preços 50% mais baratos do que os bares da porção “inferior”, comparando, por exemplo, cerveja e porções (SANTOS, 2014). A nosso ver essa condição relaciona-se a uma valorização econômica dos bens culturais tombados, processo que tem sido recorrente no contexto da patrimonialização.

Parte dos processos que envolvem esse circuito de consumo são vistos com críticas por muitos moradores. Para uma moradora de 29 anos: “Sinceramente, o nível de pessoas, violência, drogas... Não dá.” No mesmo sentido, afirma um morador de 26 anos: “Às vezes o pessoal faz uma bagunça, uma baderna. Principalmente o pessoal do entorno da região” (informação verbal).

Porém, nas entrevistas concedidas pelos próprios visitantes, esse reconhecimento de diferenças entre os públicos frequentadores praticamente não foi mencionado. Um visitante de 19 anos afirma: “Está todo mundo junto, não tem porque ter isso. [É um lugar convidativo então?] Isso...”. Já para uma visitante de 37 anos, “[está] tudo junto e misturado, ninguém olha de baixo pra cima, nem de cima pra baixo” (informação verbal).

de São Paulo”, segundo informações disponíveis em: <<http://www.cidadelesaopaulo.com/sp/br/o-que-visitatar/atrativos/pontos-turisticos/2050-freguesia-do-o>>. Acesso em: 1 fev. 2016.

Assim, ao mesmo tempo em que se verifica um cenário de diversidade, “vários grupos diferentes, estilos de música, classes sociais...”, como afirma uma visitante de 27 anos, interpretamos que há grandes circuitos específicos de usos, influenciados pela existência de bens tombados e por condições econômicas, o que relacionamos com territorialidades múltiplas.

RESULTADOS

Os valores dos bens culturais levantados pela Resolução nº46/92 e seus estudos prévios são expressivos contemporaneamente. Primeiro por suas peculiaridades arquitetônicas e urbanísticas, parcialmente resistentes em suas formas materiais, porém em pleno movimento de suas funções, ou seja, pela diversidade de usos que se manifesta.

Esses usos são de inerente intersubjetividade. Os conjuntos de atos simbólicos apreendidos, diante do modo de interpretação que propusemos, nos levam a contextos e situações específicas permeadas pelo encontro, jogos, esportes e festas, sendo que os momentos de sociabilidade incentivam os vínculos de amizade dos sujeitos envolvidos ao longo dos anos.

Salientam também a influência desse Núcleo apresentar-se como circuito econômico de consumo, incentivador de uma apropriação que divide o espaço e as opiniões dos moradores locais, promovendo uma ressignificação desses espaços por meio dos modos nos quais esses usos se manifestam e pelos símbolos e intenções que expressam.

Em nossas entrevistas questionamos o conhecimento acerca do tombamento do Núcleo Original da Freguesia do Ó pelo Conpresp. Como resposta, 18 dos 26 moradores afirmaram positivamente e metade dos visitantes conhecia a determinação. Em geral, 25 dos 40 entrevistados sabiam da existência dessa resolução de tombamento.

Nas entrevistas foram recorrentes os relatos, seja em trechos de experiências vividas ou em exemplos de atividades verificadas no cotidiano, que contemplam e envolvem os elementos levantados pelo Conpresp. Buscamos, por meio dos trechos citados, contemplar tal recorrência através da expressividade simbólica das falas concedidas.

Sobre essas atividades verificadas no cotidiano pelos nossos entrevistados, consideramos haver os caminhos mais claros para a conclusão de que o valor desses bens culturais se consolida pelas múltiplas

territorialidades, pois os relatos tratam da intersubjetividade dos processos de modo mais abrangente do que os posicionamentos pessoais, organizados quantitativamente. Expressam nas opiniões, argumentos, exemplos e referências um conjunto amplo de práticas desenvolvidas pelos grupos de sujeitos.

Essas práticas descritas pelos entrevistados possuem muito significado para nós, em nossa condição de sujeito pesquisador, uma vez que estivemos em contato com as mesmas na ocasião dos trabalhos de campo e aplicação das entrevistas. De perto e de dentro, as interpretações sobre tais questões puderam ser estruturadas, reencontrando posteriormente as premissas previstas pelo tombamento.

Se, do ponto de vista da sociabilidade, há um encontro entre as territorialidades manifestadas e as justificativas do Conpresp, do ponto de vista dos bens culturais materiais podemos concluir que há uma constante e inexorável movimentação de suas formas e usos, diante das práticas socioespaciais. Esse movimento aprofunda a complexidade das territorialidades e nos permite compreender que o valor dos bens é constantemente renovado, sendo até mesmo transitório no intervalo de um dia. Trata-se da coexistência entre os modos de avivar o patrimônio cultural e, especificamente, sê-lo: as territorialidades cotidianas.

REFERÊNCIAS

- BARRO, M. **Nossa Senhora do Ó**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1977.
- BONI, V.; QUARESMA, S. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005.
- CORRÊA, R. L. Espaço e simbolismo. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 132-150.
- CRUZ, R. de C. A. Patrimonialização do patrimônio: ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. **Geosp – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 31, p. 95-104, 2012.
- FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos Científicos, 1989.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: Edunicamp, 2004.
- MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, jun. 2002.
- MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MENESES, J. N. C. A patrimonialização da vida: vivências, memória social e interpretação do patrimônio cultural. In: COSTA, E.; BRUSADIN, L.; PIRES, M. do C. (Orgs.). **Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- MENESES, U. T. B. Valor cultural, valor econômico: encontros e desencontros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA E ENERGIA, 2000, São Paulo. **Anais**. São Paulo: Fundação Patrimônio Histórico de Energia de São Paulo, 2000. p. 29-47.
- PAES, M. T. D. Refuncionalização turística de sítios urbanos históricos no Brasil: das heranças simbólicas à reprodução de signos culturais. **Geografia**, Rio Claro, v. 37, n. 2, p. 319-334, 2012.
- PETERSEN, S. R. F. O cotidiano como objeto teórico ou o impasse entre ciência e senso comum no conhecimento da vida cotidiana. In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. (Orgs.). **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre: UFRGS, 1995.
- SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um

“objeto” em via de extinção. **Mana**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 103-150, 1997.

SANTOS, A. L. **Dimensões do patrimônio cultural: tombamentos e territorialidades do Núcleo Original da Freguesia do Ó – São Paulo (SP)**. 2014. Dissertação (Mestrado). Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SÃO PAULO. Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo. **Resolução nº 46 de 11 de dezembro de 1992**. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/36088_46_T_Nucleo_Original_Freguesia_do_O.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2016.

ZUKIN, S. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, A. A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papius, 2000. p. 80-103.